

Um Recorte Histórico das Políticas da Educação de Jovens e Adultos no Município de São Paulo para Pensar Os Desafios Contemporâneos Dessa Modalidade De Ensino

LUCIANE CRISTINA CORTE

Mestre em Educação pela UNINOVE-SP. Docente da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Atua num Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA). E-mail luccorte@gmail.com

ROSEMARY ROGGERO

Doutora em Educação: História, Política, Sociedade, pela PUCSP. Docente, pesquisadora do Programa de Pós-Grauação em Educação (PPGE) e do Programa de Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da Universidade Nove de Julho, UNINOVE-SP. E-mail: ros eroggero@uol.com.br



RESUMO

O artigo traz um histórico das políticas relativas à Educação de Jovens e Adultos, no município de São Paulo, desde 1989, para identificar os avanços e retrocessos dessa modalidade, bem como alguns fenômenos que se revelam no desenvolvimento das iniciativas, que apontam os desafios contemporâneos dessa modalidade de ensino, entre os quais destacamos a juvenilização do público que a acessa. O recorte histórico e sociopolítico proposto aponta para questões que ensejam pesquisa e as considerações finais apontam para o fato de que o maior desafio contemporâneo para a EJA seja o reconhecimento de que sua identidade vem mudando no tempo, sem que os problemas que já se encontravam em seu surgimento tenham sido superados e sem que se tenha percebido suas mudanças com clareza. Além disso, esse reconhecimento sugere duas consequências de natureza complexa: a necessidade de revisão dos problemas que assolam o próprio ensino regular, por um lado, e a necessidade de identificação de necessidades com consequente criação de alternativas para atender as demandas efetivas de uma escolarização supletiva que se impõem na contemporaneidade, por outro.

Palavras-chave: EJA. Políticas públicas. Pesquisa.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, tem sido, historicamente, relegada a um plano de menor relevância nas políticas educacionais, ao longo da história da educação nacional, talvez porque em seu bojo repouse a ideia de provisoriedade, de função supletiva, marcada pelo objetivo de passar a ser desnecessária, sobretudo à medida que se investe no acesso e permanência das crianças e jovens no ensino regular, buscando qualidade social da educação oferecida.

Entretanto, ainda que haja vários projetos e avanços que possam ser assinalados, a EJA é uma modalidade de ensino que pouco tem avançado, efetivamente, em direção à sua própria superação, uma vez que, embora as políticas públicas venham proporcionando oportunidade de acesso e permanência na escola não têm sido capaz de garantir uma educação de qualidade, que possibilite a emancipação dos jovens para sua inserção social e profissional.

Observa-se, nos últimos anos, que a EJA passou da absorção de pessoas que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria, para o acolhimento de excluídos do ensino regular, por distorção idade e ano, em um fluxo escolar que continua a reproduzir exclusão e fracasso. Evidencia-se, no Brasil, a gradativa substituição do analfabetismo absoluto de jovens e adultos por pessoas com domínio precário de leitura e escrita, o que tem sido caracterizado, acadêmica e oficialmente, como “analfabetismo funcional”. Observa-se que os alunos que apresentam frágil desempenho ou problemas de disciplina são estimulados a abandonar o ensino regular e prosseguir os estudos por meio da EJA.

Questões como essas permitem supor que a EJA precisa ser revista em suas funções e propostas, bem como normas de ingresso e escolarização, tendo em vista distorções que certas práticas sociais escolares vêm promovendo.

O presente estudo apresenta um recorte histórico das políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos, no município de São Paulo, visando compreender como elas têm se dado, nos anos da redemocratização do país, para encontrar elementos que permitam pensar que desafios a realidade contemporânea aponta, diante de um cenário em que a ampliação da oferta escolar parece não corresponder às condições de melhoria e qualidade do ensino, apesar dos muitos esforços.

As políticas públicas da EJA no município de São Paulo

O modelo de organização da oferta da EJA no Município de São Paulo, aqui apresentado, corresponde ao período de 1989 a 2016, conforme expõe o quadro abaixo (Quadro 1). O recorte histórico do levantamento das políticas públicas dessa modalidade justifica-se pelas ações decorrentes da garantia de sua oferta universal e gratuita, pela Constituição Federal de 1988, bem como pelo fato de que foi na gestão municipal de 1989 a 1992 que se deu a transição do programa de Educação de Adultos da Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES) para Secretaria Municipal de Educação (SME).

Quadro 1: Modalidades de oferta da EJA no Município de São Paulo

1989 – 1992 (PT) Luíza Erundina	1993 – 2000 (PDS/PPB) Paulo Maluf/ Celso Pitta	2001 – 2004 (PT) Marta Suplicy	2005 – 2012 (PSDB/DEM) José Serra/ Gilberto Kassab	2013 – 2016 (PT) Fernando Haddad
EMPSG/EDA	EMPSG	EMEF	EMEF	EMEF
MOVA	Proalfa	MOVA	MOVA	MOVA
CEMES	CEMES	CEMES/CIEJA	CIEJA	CIEJA
Frente do Funcionalismo	Telecurso e CMCT	CMCT	CMCT	CMCT

Fonte: elaborado a partir das informações de SME-DOT/Memória Técnica Documental.

Passa-se, agora, a uma descrição de cada um dos Programas de governo, a fim de que se tenha uma noção de como a EJA vem se desenvolvendo nesse município.

Logo no início do Governo Luíza Erundina (1989 a 1992), o Programa de Educação de Adultos (EDA) apresentava um alto percentual de evasão e de retenção, conforme o diagnóstico, dos índices de evasão e retenção dos alunos nas escolas da rede municipal em 1989, apresentado a seguir:

Tabela 1: Diagnóstico das escolas em 1989: evasão e retenção dos alunos na rede municipal de ensino

Modalidade	Matrícula geral (menos transferências)	Retenção	Evasão	Retensão + Evasão	Promoção
1º grau regular (1ª a 8ª série)	433.805	83.753 19,31%	26.276 6,05%	110.029 25,36%	323.776 74,64
Suplência I	23.513	5.685 24,18%	4.859 20,66%	10.554 44,84%	12.969 55,15%
Suplência II	26.654	3.925 14,73%	7.235 27,14%	11.223 42,10%	15.494 58,12%

Fonte: Banco de dados SME. Assessoria Técnica e de Planejamento. Centro de Informática.

De acordo com a SME (1991), um dos motivos que justificava esse percentual era o fato de que 58,25% das escolas não ofereciam essa modalidade no período noturno, mesmo com uma demanda de 1,5 milhão de analfabetos na região metropolitana de São Paulo. Assim, havia a necessidade da criação de escolas com horários mais flexíveis para os trabalhadores.

O Projeto de Educação de Adultos (EDA) oferecia essa modalidade no período noturno, em entidades conveniadas com a prefeitura e nas Escolas Municipais de Primeiro Grau (EMPG) e assegurava 90 dias letivos e 360 horas semestrais. Com duração diária de três horas de aula, o curso conhecido como Suplência¹, era o chamado supletivo de primeiro grau. Dividido em Suplência I e Suplência II, tinha como base a lei 5692/71. Nessa gestão, ainda em 1989, com o Secretário de Educação Paulo Reglus Neves Freire, esse projeto foi transferido da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (SEBES) para a Secretaria Municipal de Educação (SME). Após essa iniciativa, ao contrário do que se exigia antes (contratação de monitores para ministrar aulas, com o antigo 2º grau completo), aos interessados em atuar nesse programa, passou-se à exigência de habilitação para o magistério.

Por meio da parceria com a sociedade civil organizada na intenção de atender as necessidades dos educandos, na perspectiva da Educação Popular, o Movimento de Alfabetização (MOVA) foi

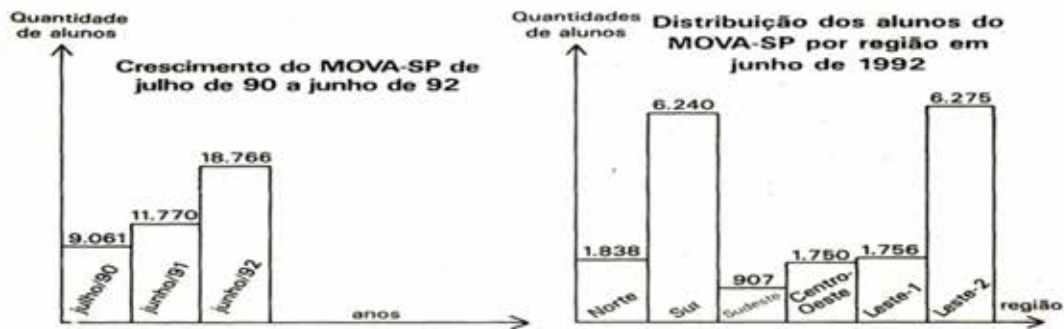
¹ Suplência I corresponde às antigas 1ª a 4ª séries e Suplência II às 5ª a 8ª do então ensino de 1o. grau.

oficializado pelo Decreto nº. 28.302 de 21 de novembro de 1989. De acordo com a SME (1990, p. 22), esse Programa tinha como objetivo,

[...] possibilitar ao educando jovem e adulto o processo construtivo de ampliação do próprio conhecimento. Isso implica a níveis cada vez mais elaborados do saber discursar, saber ler, saber escrever, teorizar, contar, resolver situações matemáticas vivenciais, pesquisar as informações técnico-científicas indispensáveis à compreensão do ser humano e à realidade social. É fundamental que esse saber humano seja voltado para leitura crítica do mundo e para apropriação e criação do conhecimento que melhor capacitem o sujeito à ação transformadora sobre a realidade social.

O gráfico a seguir mostra o crescimento do MOVA-SP, no período de julho de 1990 ao mesmo período de 1992.

Gráfico 1: Quantidade de alunos e sua distribuição por região no período entre julho de 1990 e 1992



Fonte: Banco de dados SME-DOT/EJA – Memória Técnica Documental.

Desenvolvido por entidades sociais, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para oferta de classes de alfabetização inicial, o MOVA foi considerado uma importante parceria para suprir as necessidades da Alfabetização de Jovens e Adultos, utilizando espaços e horários alternativos para erradicar o analfabetismo na cidade de São Paulo. Em classes agrupadas em núcleos, eram desenvolvidas atividades educativas e culturais presenciais, durante duas horas e meia, em quatro dias da semana, de segunda a quinta-feira, por período adequado à frequência dos alunos da respectiva comunidade. A sexta-feira era reservada para a formação dos educadores. Geralmente, as aulas eram ministradas em associações comunitárias, igrejas, creches

e empresas. Os interessados eram inscritos diretamente pela entidade conveniada, formando-se classes de, em média, 20 (vinte) alunos.

Outro projeto, ainda nessa gestão, foi o Supletivo Educação-Saúde que surgiu em agosto de 1990, no bojo da Reorientação Curricular do Ensino Noturno, por uma necessidade dos atendentes de enfermagem e do interesse político da área de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) em regularizar a situação funcional desses trabalhadores, no que se referia à escolarização. Esse projeto, cuja competência da coordenação e assessoria pedagógica era da Divisão de Orientação Técnica de Educação de Adultos (DOT-EDA) e dos Núcleos de Ação Educativa (NAEs), começou timidamente e veio a transformar-se na Frente do Funcionalismo, tendo como objetivo “o resgate da cidadania dos servidores públicos, sua valorização profissional e a melhoria da qualidade de atendimento à população usuária dos serviços municipais” (SME, 1992, p. 32). Com atendimento e formação de servidores públicos ainda não concluintes do então 1º. Grau, nas diferentes secretarias, os cursos eram oferecidos no próprio local de trabalho dos servidores-estudantes, e atendia o pessoal das secretarias e das administrações regionais da saúde, do bem estar social, da cultura, do serviço funerário e da companhia de transportes.

No segundo semestre de 1990, teve início a Suplência II, oferecida em quatro núcleos, tendo esse número aumentado após o segundo semestre de 1991. As questões administrativas dos núcleos ou classes do Projeto eram de responsabilidade de um funcionário da Secretaria envolvida.

A tabela, a seguir, mostra o atendimento realizado no segundo semestre de 1992, por secretarias, núcleos, número de salas e de alunos em cada nível:

Tabela 2: Frente do Funcionalismo – núcleos, classes e alunos

Secretarias	Total de alunos	Núcleos	Classes	Alunos SI*	Alunos SII*
Administração Regional	16	01	01	16
Saúde	667	03	18	667
Cultura	60	01	02	60
Bem-Estar Social	09	09	32	811
CMTC	319	03	14	45	274
Serviços Funerários	177	09	09	177
TOTAL	2.050	26	86	238	1.812

Fonte: DOT/EDA * abreviações: SI = Suplência I; SII = Suplência II

Esse Programa tornou-se uma das prioridades da política da SME e de aplicação dos recursos da administração municipal, buscando-se a integração entre a escolarização básica e as especificidades do trabalho desenvolvido pelos servidores.

Na gestão de Paulo Maluf (1993 a 1996), destacou-se a extinção do MOVA com a justificativa de irregularidades na realização de parcerias com as entidades sociais, criando-se em seu lugar,

para a Suplência I, o Programa de Alfabetização de Adultos (ProAlfa), e para Suplência II, os Centros Municipais de Ensino Supletivos (CEMES), ambos instituídos pelo decreto de nº. 33.894, 16 de dezembro de 1993.

Embora houvesse a extinção do MOVA como programa de governo, ele não foi de todo desarticulado, já que foram mantidos 200 núcleos, por conta da dedicação dos envolvidos (institutos e núcleos de trabalho comunitário) que, apesar das dificuldades, o mantiveram, independentemente da implantação do ProAlfa.

O ProAlfa que, por meio de convênios entre a SME e instituições, empresas, órgãos públicos, atendia aos educandos com atividades em sala de aula, com duração de quatro horas-aula de segunda à quinta-feira e de duas horas-aula às sextas-feiras, contemplava o curso de Suplência I para adultos e jovens com idade igual ou superior a 14 anos. Os professores que trabalhavam nesse programa faziam parte do quadro de docentes da rede municipal ou eram professores contratados por empresas conveniadas com a prefeitura.

Outro projeto que funcionou nesse período, o Centro Municipal de Ensino Supletivo (CEMES), foi elaborado ao final da gestão da Luíza Erundina, e teve sua proposta aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, em 18 de novembro de 1992. Tinha como intenção contemplar a escolarização de jovens e adultos trabalhadores, que não conseguiam frequentar a EJA, nos moldes como vinha sendo ofertada na rede, uma vez que grupos específicos de trabalhadores que necessitavam do 1º grau não tinham possibilidade de frequentar a escola diariamente. As unidades desses Centros foram implantadas apenas na gestão de Paulo Maluf pelo decreto 33.894, 16 de dezembro de 1993. Embora possa remeter à ideia de um caso de continuidade de política pública de governos tão distintos, inclusive no que se refere à manutenção do nome e de alguns objetivos da proposta inicial, houve uma reestruturação desse programa.

A Tabela a seguir apresenta o número de alunos matriculados em todos os programas de Educação de Jovens e Adultos entre os anos de 1993 e 1996.

Tabela 3: Número de alunos matriculados nos programas de EJA entre os anos de 1993 e 1996

D R E M	Suplência I		Suplência II		Total		ProAlfa		CEMES	Teleducar	
	C*	A*	C	A	C	A	C	A	Total	C	A
1	65	2501	169	6464	234	8965	39	1357	2184	-	-
2	54	2030	148	5397	202	7427	02	42	2681	-	-
3	55	2113	145	5698	201	7811	-	-	-	-	-
4	59	2327	123	4946	182	7273	05	191	-	-	-
5	75	3175	188	7545	263	10720	09	360	-	-	-
6	72	2732	173	6419	245	9151	08	290	1372	01	20
7	53	2005	102	3985	155	5990	02	81	-	-	-
8	44	1710	97	3496	141	5203	-	-	3554	-	-
9	33	1250	116	4591	149	5841	02	75	2393	-	-
10	37	1457	175	7090	212	8547	02	50	5615	01	20
11	29	1161	53	2098	82	3259	02	86	1363	-	-
12	52	2127	92	3746	144	5873	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	628	24588	1582	61472	2210	86060	71	2532	19162	02	50

Fonte: Centro de Informática da SME. Dados gerenciais de dezembro/1997. Abreviações: DREM – Diretorias Regionais de Ensino Municipal; C* – Classes; A* – alunos.

A partir dos dados acima relacionados, pode-se constatar que o ProAlfa revela um contraste quanto ao número de alunos atendidos em comparação com o atendimento realizado pelo MOVA, na gestão anterior, uma vez que, enquanto o MOVA atendeu 39.597 alunos entre os anos de 1990 e 1992, o ProAlfa atendeu 2.532 alunos no mesmo período.

O primeiro CEMES começou a funcionar apenas em 1994, na Administração Regional de Ermelino Matarazzo, diferentemente da proposta inicial de que teria sua localização no Tendal da Lapa e, posteriormente, no centro de Educação do Jardim Miriam, sendo tal mudança justificada pela SME (1996) por inadequação dos espaços. Foram instalados 13 (treze) CEMES, os quais tinham seu funcionamento vinculado às Diretorias Regionais de Ensino (DREs), sendo que os cursos também podiam ser oferecidos em escolas que manifestassem o desejo de oferecê-los, espaços cedidos por empresas ou instituições conveniadas à SME. O quadro de professores era da rede municipal de ensino ou contratado pelas instituições e empresas conveniadas.

O quadro, a seguir, apresenta o número de alunos atendidos no CEMES:

Quadro 2: Alunos matriculados e concluintes nos CEMES desde sua criação

NAE	Alunos		
	Matriculados	Concluintes	Transferidos
01	11.256	926	229
02	7.673	1.007	239
03	1.559	36	16
04	0	0	0
05	1.977	145	0
06	7.215	183	43
07	0	0	0
08	7.891	341	252
09	8.058	395	376
10	11.232	882	0
11	6.653	369	101
12	970	73	08
13	2.753	215	0
TOTAL	65.678	4.536	1.318

Fonte: documento elaborado pela SME/CONAE/DOT-EJA (2002).

O gráfico a seguir retrata a situação dos alunos dos CEMES a partir das informações do quadro, acima, fornecidas.

Gráfico 2: Situação dos alunos do CEMES



Fonte: Elaboração própria

A discrepância entre os números de alunos matriculados e o de concluintes sinalizava a necessidade de uma reorganização, realizada ao longo do ano 2000, com o intuito de torná-lo adequado às necessidades dos alunos e superar a evasão. Assim, foi mantido por mais um tempo, mas sem o sucesso esperado, até que foi substituído pelo projeto CIEJA, em 2002, que apresentamos mais adiante.

Ainda na gestão de Paulo Maluf, com o Secretário de Educação Sólton Borges dos Reis, tanto o Telecurso quanto o Centro Municipal de Capacitação e Treinamento (CMCT) foram aprovados pelo Parecer CEE 501/1995. Nessa perspectiva, a SME (1995, p. 7) criou o projeto Teleducar utilizando-se do seguinte argumento:

[...] o propósito de ampliar as oportunidades de acesso e retorno à escola e de estimular a participação dos empresários nas ações voltadas para a elevação dos níveis médios de escolaridade da população e, por outro lado, a necessidade de educação incorporar as novas tecnologias, utilizando-a no processo educativo, a fim de tornar o ensino mais motivador e eficiente, a Secretaria Municipal de Educação em parceria com a iniciativa privada implantará o Projeto TELEDUCAR - Ensino Fundamental Supletivo via Teleeducação, em circuito fechado, a ser instalado no próprio local de trabalho do aluno, em unidades denominadas TELEPOSTOS.

Os cursos do Teleducar, instituídos pelo Decreto nº. 35456 de 30 de agosto de 1995 mantinham como parceiros a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI). Esse projeto era composto por cursos oferecidos em escolas, empresas ou entidades parceiras, com salas de aulas equipadas com TV em cores e videocassetes, para o acesso aos vídeos do telecurso elaborados pela Fundação Roberto Marinho, mobiliário escolar e material audiovisual e material impresso para os alunos. Instalados em espaços cedidos pelas empresas interessadas em manter convênio com a SME, que exercia apenas a supervisão e orientação técnica, de acordo com a legislação vigente. A manutenção dos postos e o fornecimento dos equipamentos e materiais eram de responsabilidade das empresas.

Atendida a demanda pela qual o Teleposto foi implantado e verificada a sua ociosidade poderia ser desativado ou instalado em outro local. O público atendido era constituído por jovens e adultos maiores de 14 anos, com conhecimentos equivalentes à conclusão do 2º termo da Suplência I (correspondente à então 4ª. Série do ensino de 1º. Grau). Seu funcionamento era de segunda à sexta-feira com duração de três horas-aula diárias para cada fase. As atividades eram ministradas por um professor orientador, com formação em Pedagogia, contratado pela empresa. O número de turmas estava condicionado à demanda e disponibilidades de local para

instalação das telessalas. O curso era dividido em dois momentos: 1. Coletivo (no Teleposto), com revisão dos conceitos da aula anterior, apresentação da aula televisiva, discussão em grupo, sessão de estudo do material impresso, levantamento de dúvidas, exercícios de fixação dos conteúdos, aprofundamento dos conteúdos através de leituras, textos complementares, outros vídeos educativos e atividades extraclasse – e que podia ser constituído por 03, 06 ou 08 alunos, de acordo com o tipo de tarefa; 2. Individual (local de livre escolha do aluno), com atividades de estudo, leituras, pesquisa e tarefas.

O CMCT (Centro Municipal de Capacitação e Treinamento) foi outro projeto, idealizado para qualificação profissional básica de jovens e adultos, que oferecia aos jovens com idade a partir de 14 anos e adultos, com pouca ou nenhuma escolarização formal, cursos de qualificação profissional inicial de curta duração. Inicialmente eram: os cursos de Mecânica de Automóveis, Reparador de Aparelhos Eletrodomésticos, Confeitaria e Serigrafia, atendendo alunos da Rede Pública de Ensino que estivessem cursando as duas últimas séries do Ensino Fundamental (7^{as} e 8^{as} séries), nos períodos matutino ou vespertino. Os cursos eram ministrados de 2^a à 6^a feira, com carga horária de 90 horas e aulas diárias que correspondiam à 03 horas-aula. As aulas eram ministradas por professores da Rede Municipal de Ensino de diferentes áreas, os quais foram treinados pelo SENAI (Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial) para exercerem suas funções.

Em 1994, foram criados os cursos de Panificação e Informática. No ano de 1996, houve a criação de cursos noturnos e o programa passou a atender aos sábados, alunos do Ensino Supletivo que não tivessem obtido bom desempenho, o que resultou um alto índice de evasão e a consequente extinção da oferta.

Na gestão de Celso Pitta (1997 a 2000), que teve como Secretários de Educação Hebe Tolosa e João Gualberto de Carvalho Meneses, ocorreu a permanência das propostas da oferta de EJA realizadas na gestão de Paulo Maluf. Sendo assim, os cursos na modalidade semipresencial foram mantidos, não houve a retomada de nenhum projeto e muito menos a criação de algum que fosse especialmente relacionado à EJA.

Houve mudanças apenas relacionadas à organização do programa **CMTC** para o qual, em 1997 foi criado um período intermediário, reorganizando os turnos das aulas. A partir de maio desse mesmo ano, os adultos concluintes da 4^a série do Ensino Fundamental passaram a ter acesso aos cursos de qualificação profissional inicial, de curta duração, no período noturno, e o ingresso aos cursos, para essa clientela, ocorria por meio de sorteio público, com exceção do curso de Informática, cuja exigência era o ensino fundamental completo e uma prova de redação. Outra mudança se deu devido à alteração na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – pela Lei N^o 10.097, de dezembro de 2000, que proíbe a contratação de jovens com idade inferior a dezesseis anos: foram alterados os critérios para ingresso de alunos no CMCT, tornando

obrigatória a idade mínima de 16 anos completos, além da exigência de estar alfabetizado. Nesse mesmo período, foi criado o curso de Elétrica Residencial, incorporado como mais um módulo no curso de Reparador de Eletrodomésticos. Houve, também, a ampliação da carga horária dos cursos de 90 para 146 horas.

Com relação ao **MOVA**, em 1999, não havia nenhum registro oficial da existência de qualquer unidade em funcionamento, devido à falta de apoio técnico e financeiro dos governos municipais, desde 1993.

Ao final dessa gestão, a taxa de analfabetismo do município de São Paulo, de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU)¹, apesar de 4,5% menor do que as taxas referentes ao Estado de São Paulo (6,2%) e Brasil (12,9%), tinha, em números absolutos, o contingente de 350.026 pessoas com 15 anos ou mais que não sabiam ler e escrever. Por outro lado, o contingente, se considerada a população alfabetizada, mas que não havia completado quatro anos de estudo é maior (766.522 pessoas), o que podia equivaler a uma taxa de analfabetismo funcional de 9,8% da população da cidade. As maiores taxas estavam no grupo de 60 anos de idade ou mais.

Durante a gestão de Marta Suplicy (2001 a 2004), com os secretários Fernando José de Almeida, Eny Maia, Nélio Marco Vicenzo Bizzo e Maria Aparecida Perez, foi retomado o **MOVA** por meio do resgate e ampliação dos convênios com inúmeras organizações sociais, por meio do Decreto nº. 41.109, de 06 de setembro de 2001. Ao final dessa administração, segundo dados da SME (2004), 1170 núcleos haviam atendido 24.609 alunos.

Apesar de mantido o **CMCT**, em 2001, foi extinto o Centro de Apoio à Pesquisa que funcionava na unidade do CMCT, o qual realizava o atendimento gratuito aos alunos com dificuldades nas disciplinas da escola regular, e funcionava como uma recuperação paralela com professores de todas as áreas. Manteve-se o funcionamento da Biblioteca da SME, que desenvolvia projeto específico, atendendo alunos do CMCT e também de outras escolas da rede pública. Em 2003, a carga horária foi reduzida para 111 horas bimestrais, com o argumento de que, dessa forma, poderia ser feito o atendimento de mais turmas ao longo do ano letivo.

Nesse governo, ocorreu a criação dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs) com assessoria do Centro de Tecnologia e Gestão Educacional do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Foram criados, em 2003, como projeto experimental, a partir da publicação do Decreto 43.052, de 04 de abril de 2003, visando atender à necessidade de ampliação do acesso ao Ensino Fundamental dos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de cursá-lo e concluí-lo na idade própria, assim como de implantar programas de educação, especialmente dirigidos a esses educandos, com ênfase à preparação para o mundo da cultura e

¹ Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/analfabetismo/mapas/intro_1.pdf acesso em: 04. Set. 2015

à orientação para o mundo do trabalho, conforme revelou o documento de avaliação dos CEMES (SME, 2003).

Sendo resultado do processo avaliativo pelo qual passou o CEMES durante o ano de 2001, quando se registrava grande demanda e baixos resultados em relação à conclusão do Ensino Fundamental, nesta modalidade de ensino, o funcionamento dos CIEJAs foi autorizado pelo parecer do Conselho Municipal de Educação, CME, nº 10/02 de 07 de novembro de 2002.

Em cada unidade de CIEJA eram oferecidos itinerários formativos diferentes, de acordo com a necessidade de demanda local. A qualificação profissional ocorria em cinco setores, até o ano de 2004. O primeiro compreendia a área de Serviços de Atendimento e Vendas que, por meio da oferta dos seguintes cursos: telefonista (básico); vendedor-atendente de estabelecimentos comerciais; recepcionista de clínicas e consultórios e atendente de telemarketing constituía o itinerário de qualificação profissional básica. O segundo, área de Alimentação, com um itinerário no qual podiam ser ofertadas as qualificações profissionais básicas referentes a auxiliar de cozinha; atendente de lanchonete/lancheiro-chapista; preparador atendente de Buffet e cozinheiro (básico)-confeiteiro. O terceiro correspondia à área de Beleza, com um itinerário composto pelas qualificações profissionais básicas: manicure e pedicure; auxiliar de cabeleireiro; cabeleireiro (básico)-cortes e cabeleireiro (básico)-penteados. O quarto, área de Serviços Domiciliares, constituía-se de um itinerário, no qual eram oferecidas as qualificações profissionais básicas de: porteiro; auxiliar de serviços gerais - pequenos reparos; prestador de serviços de manutenção de edificações e zelador. O último setor correspondia à área de Lazer e Desenvolvimento Social, com um itinerário na busca da obtenção das profissionais básicas de: monitor de oficinas de lazer; monitor de recreação e cultura; cuidador de crianças e idosos e agente comunitário para a saúde e qualidade de vida. Dessa forma, cada módulo do Ensino Fundamental I e II correspondia a diferentes tipos de cursos, favorecendo à própria elaboração dos projetos dos CIEJAs com a diversificação dessas unidades, logo na implantação do projeto. Esses Centros eram diretamente vinculados aos Núcleos de Ação Educativa - NAEs, da Secretaria Municipal de Educação, e sob a coordenação e orientação da Diretoria de Orientação Técnica – DOT, eram avaliados anualmente pelo Conselho Municipal de Educação (CME), que autorizava a implantação e orientava o seu funcionamento.

O projeto CIEJA oferece possibilidades para a elaboração das Matrizes Curriculares pelas unidades educacionais, desde que sejam respeitados os objetivos, os princípios, a organização curricular e as características de funcionamento desse projeto, bem como a peculiaridade do alunado atendido.

A tabela, a seguir, apresenta o número de alunos e de turmas nos CIEJAs, na implantação:



Tabela 4: Quantidade de alunos e turmas dos CIEJAs em 2004 e 2005

ANO	SEM	DESCSERV	Aprovados	Reprovados	Evadidos	Transferidos	Falecidos	ALUNOS	TURMAS
2004	01	M I CIEJA	1772	150	615	36	5	2578	89
		M III CIEJA	3801	222	1115	108	2	5248	194
		M IV CIEJA	4036	488	830	103	2	5459	199
		M I CIEJA	1386	163	498	15	2	2064	75
	01 Total		10995	1023	3058	262	11	15349	557
	02	M II CIEJA	224	0	47	0	0	271	17
		M III CIEJA	461	4	58	3	0	526	24
		M IV CIEJA	552	27	52	7	0	638	28
		M I CIEJA	155	0	34	0	0	189	14
	02 Total		1392	31	191	10	0	1624	83
2004 Total		12387	1054	3249	272	11	16973	640	
2005	01	M II CIEJA	2001	386	486	54	2	2929	94
		M III CIEJA	3416	376	1195	148	2	5137	176
		M IV CIEJA	4249	467	926	157	4	5803	197
		M I CIEJA	1492	283	458	24	4	2261	83
	01 Total		11158	1512	3065	383	12	16130	550
	02	M II CIEJA	283	0	35	2	0	320	18
		M III CIEJA	702	15	93	12	1	823	35
		M IV CIEJA	634	17	67	7	1	726	31
		M I CIEJA	118	0	25	2	0	145	11
	02 Total		1737	32	220	23	2	2014	95
2005 Total		12895	1544	3285	406	14	18144	645	
SME/ATP - CENTRO DE INFORMÁTICA (2006) - total de alunos por Módulo*.									

* 2 Módulo I corresponde à 1ª e 2ª séries; Módulo II às 3ª e 4ª; Módulo III às 5ª e 6ª e Módulo IV às 7ª e 8ª.

Apesar de nova tentativa da extinção do **MOVA**, agora no governo de José Serra, com o secretário José Aristodemo Pinotti, houve sua manutenção, devido à atuação da sociedade civil organizada que assegurou sua continuidade a partir da aprovação do Projeto de Lei nº 110/05, do Vereador Paulo Fiorilo (PT). Foi, portanto, estabelecido, em outubro de 2005, pela Lei Municipal nº. 14.058.

Durante essa gestão, foi criada, pelo Decreto nº. 45.942 de 01 de junho de 2005, a segunda unidade do **CMCT**.

Sucessor de José Serra, o então vice-prefeito Gilberto Kassab (2006-2008 e 2009-2012), com os secretários Alexandre Alves Schneider e *Célia Regina Guidon* Falótico, tentou manter apenas a oferta dos CIEJAs, mas foram mantidas todas as modalidades de EJA do governo anterior. O quadro dos CIEJAs mostrou o seguinte desempenho, em 2006:

Quadro 3: Síntese de movimentação nos CIEJAs em 2006

Nº	CIEJA	Total de Matriculados	Total de Promovidos		Total de Retidos		Total de Evadidos	
1	Cambuci	1.048	488	46,5%	153	14,5%	374	35,6%
2	Vila Sabrina	966	415	43%	216	22%	365	37,7%
3	Freguesia	1.008	507	50%	323	32%	178	17,6%
4	Clóvis C. Miquelazzo	1.637	759	46%	447	27%	431	26,3%
5	Mandaqui	958	477	50%	132	14%	354	36,9%
6	São Mateus	1.176	527	45%	13	1%	185	15,7%
7	Jardim Consórcio	1.741	866	50%	421	24%	144	8,2%
8	Parelheiros	476	238	50%	48	10%	190	3,9%
9	Itaquera	1.064	427	40%	172	16%	278	26,1%
10	Campo Limpo	2.474	717	29%	1.094	44%	663	26,7%
11	Guaianases	1.496	622	41,5%	295	20%	457	30,5%
12	Ermelino Matarazzo	871	621	71%	83	9,5%	167	19,1%
13	VPrudente/Sapopemba	1.583	939	59%	108	6,8%		
14	Butantã	1.197	854	71%	343	28,6%		
	Total	17.695	8.457	47,7%	3.730	0,0021%	3.776	0,0021%

Fonte: SME/DOT-EJA (2007)

O quadro mostra que de um total de 17.695 alunos matriculados em 2006, sendo 47,7% aprovados; 21,7% retidos e 21% evadidos. O **CMCT** passou a priorizar, a partir de 2007, além dos alunos oriundos da comunidade, os alunos da Rede Municipal de Ensino nos cursos de Informática e Auxiliar administrativo. No final dessa gestão, o **MOVA** contava com 750 núcleos, (o número de alunos não foi fornecido pela secretaria, sob alegação de que o fato de se darem em movimentos descentralizados dificulta o acesso a este dado).

Na gestão de Fernando Haddad (2013 a 2016), de acordo com o portal da Secretaria Municipal de Educação, há a oferta da Educação de Jovens e Adultos em cinco modalidades: 1ª EJA Regular; 2ª EJA Modular; 3ª MOVA; 4ª CMCT e 5ª CIEJA.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) com carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho escolar, distribuídas num mínimo de quatro anos letivos vem substituir a antiga nomenclatura da Escola Municipal de Primeiro e Segundo Graus (EMPSG). Destina-se ao Ensino Fundamental I e II (antigas 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries, respectivamente) nos períodos matutino e vespertino e à EJA no período noturno (com carga horária específica). Nas EMEFs são oferecidas:

- 1) *EJA Regular*, no período noturno, das 19h às 23h, com 05 aulas diárias de 45 minutos, instalada nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio (EMEFMs) e Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBSs), tem duração de quatro anos. O curso é presencial, organizado semestralmente, sendo que cada etapa tem duração de 200 dias letivos e 890 horas. As etapas estão organizadas em: I – Alfabetização; II – Básica; III – Complementar; IV – Final.
- 2) *EJA Modular*, que é um curso presencial oferecido nas Unidades Educacionais inscritas nesse projeto, no período noturno. Desenvolvido em quatro Etapas: Alfabetização; Básica; Complementar e Final, cada uma delas composta por quatro Módulos independentes e não sequenciais, apresentando uma adequação dos componentes curriculares obrigatórios, organizados em 50 dias letivos cada e as unidades de estudos, dentro dos Módulos de cada Etapa, compostas de temas e atividades que se completam no mesmo dia (encontros de duas horas e quinze minutos/três horas-aula), sendo que, com exceção da disciplina Português, que compõe um único módulo, os demais módulos são compostos por duas disciplinas com 25 dias letivos para cada uma delas desenvolver suas atividades. A justificativa para essa organização é de que esse formato oferece outra oportunidade de escolarização que melhor se adequa às necessidades dos jovens e adultos. O aluno pode entrar em qualquer época do ano e, da mesma forma, concluir seus estudos em qualquer época. O curso todo tem duração de um ano e meio. Não há material didático específico, portanto, é elaborado pelos próprios professores, seguindo as orientações curriculares da EJA, pela SME. Há, atualmente, 17 EMEFs que oferecem essa modalidade.
- 3) *MOVA* – considerado a iniciativa de maior impacto na área de Educação de Adultos, esse programa tem sido mantido nessa gestão e, atualmente, conta com 882 classes de alfabetização com o atendimento de 13.606 alunos.

- 4) *CMTC* – atualmente, existem apenas dois desses centros, ambos na zona leste de São Paulo. Neles, são oferecidos os cursos de Assistente Administrativo, Mecânica de Autos e Informática – 160h; Confeitaria e Panificação (unificados) – 180 horas; Auxiliar de Eletricista – 40h e Reparador de Aparelhos Eletrodomésticos – 100h, com aulas diárias de 04h e 20 alunos por curso. Todos os cursos certificados pelo SENAI.
- 5) *CIEJA* – considerando sua existência desde 2003, e que sua regularização legal se deu apenas em 2012, na gestão de Marta Suplicy, conforme descrito anteriormente, esse programa passou por algumas avaliações que levam à sua manutenção em diferentes governos, apesar de várias adaptações ao projeto inicial.

De acordo com o exposto nos relatórios dos anos de 2010 e 2011 do Conselho Municipal de Educação, foi aprovada sua continuidade, porém ressaltado o grande índice de evasão e repetência. Segundo informações do Censo Escolar de 2010, 22,8% dos alunos de EJA dos últimos anos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de São Paulo abandonaram a escola. A avaliação recomendou o acompanhamento sistemático desses Centros com o objetivo de diminuir os índices de evasão e repetência.

A aprovação dos CIEJAs ocorreu em 2012, com a Lei Municipal 15.648/12 que determina sua existência como unidades educacionais e estabelece à SME a supervisão e o acompanhamento administrativo e pedagógico desses centros, por meio das respectivas Diretorias Regionais de Educação. Essa lei estabelece as diretrizes para o funcionamento dos CIEJA e concretiza toda uma trajetória de lutas contra o constante ciclo de ameaças de encerramento dessas unidades educacionais, ao longo de distintas gestões.

Na proposta anterior, o que destoava do CIEJA que temos atualmente é o fato dos itinerários formativos serem elaborados pelo SENAC-SP e ministrados por instrutores contratados. Já na versão atual, permanece apenas o Itinerário de Informática, ministrado pelos próprios professores da rede, designados para atuar nesses Centros, e que recebem formação para tal por via do Departamento de Orientação Técnica (DOT). Outro aspecto, hoje diverso, é o horário de funcionamento: antes, as aulas eram ministradas de segunda à quinta-feira e aos sábados com horários alternados. Nas sextas-feiras, das 12h30 às 18h45 dava-se o horário de trabalho coletivo, apenas para equipes técnicas e docentes. Essas horas correspondiam ao trabalho de planejamento e preparação da ação educativa, bem como se destinavam ao desenvolvimento dos educadores (SME, 2003). Atualmente, além do horário coletivo, há aulas às sextas-feiras, e não são ofertadas aulas aos sábados.

Em toda a capital de São Paulo existem 15 (quinze) unidades de CIEJA. São elas:

Quadro 4: Relação das unidades de CIEJAs no município de São Paulo

CIEJA	DRE
1. Clóvis Caitano Miquelazzo	Ipiranga
2. Cambuci	Ipiranga
3. Vila Maria/ Vila Guilherme	Jaçanã/ Tremembé
4. Santana/ Tucuruvi	Jaçanã/ Tremembé
5. Professora Rose Mary Frasson	Freguesia/ Brasilândia
6. Campo Limpo	Campo Limpo
7. Jardim Consórcio	Santo Amaro
8. Parelheiros ¹	Capela do Socorro
9. Vila Prudente/ Sapopemba	São Mateus
10. São Mateus	São Mateus
11. Iguatemi ²	São Mateus
12. Itaquera	Itaquera
13. Ermelino Matarazzo	Penha
14. Professora Rosa Kazue Inakake De Souza	Guaianazes
15. Aluna Jéssica Nunes Herculano	Butantã

Fonte: Quadro adaptado do Portal da SME³

Estão distribuídas em 11 das 13 Diretorias Regionais da Educação (DREs) de São Paulo. Cada CIEJA tem o seu próprio projeto pedagógico, visando atender os interesses da comunidade e as peculiaridades locais.

Desafios contemporâneos para a EJA

O recorte histórico de atendimento à Educação de Jovens e Adultos no município de São Paulo, entre 1989 e 2016, portanto, ao longo de 27 anos, apresenta avanços, que merecem estudos mais profundos, que poderiam ser identificados em cada um dos recortes como, por exemplo: quais os diagnósticos que levaram à criação de cada uma das políticas? Que avaliações foram produzindo as alterações nos projetos que têm tido solução de continuidade na rede? Que elementos podem ser identificados entre os projetos que não alcançaram os resultados almejados? Esses elementos têm sido considerados na elaboração de novas políticas? Têm havido

³ Disponível em: <http://www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/EJA/endere%C3%A7os%20dos%20CIEJAs.pdf> Acesso em: 15/06/15.

mudanças no perfil do público atendido em cada projeto, em cada momento histórico? Ao longo de todos esses anos, como vem sendo pensado o currículo para essa modalidade de ensino? Que metodologias de ensino vêm sendo desenvolvidas para o trabalho na EJA e para o perfil do seu público? O que leva certos projetos a perdurarem enquanto outros mínguam, independente dos recursos aplicados?

Os educadores que atuam na EJA esperam que esta seja uma modalidade de escolarização transitória. Entretanto, ela tem revelado uma tendência a tornar-se permanente, com demandas renovadas de que se façam ajustes na oferta para atender as necessidades de escolarização de novos trabalhadores ou, até mesmo, de futuros ingressantes – quando se considera o cenário preocupante de juvenilização da EJA.

É notável que as demandas se renovem e que haja um número significativo de pessoas que necessitam dos diversos tipos de atendimento oferecidos. É interessante que haja projetos que resistam à tentativas de extinção, enquanto outros não vinguem.

Talvez, o maior desafio contemporâneo para a EJA seja o reconhecimento de que sua identidade vem mudando no tempo, sem que os problemas que já se encontravam em seu surgimento tenham sido superados e sem que se tenha percebido suas mudanças. E, ainda, que esse reconhecimento tem duas consequências complexas: a necessidade de revisão dos problemas que assolam o próprio ensino regular, por um lado, e a necessidade de identificação de necessidades com consequente criação de alternativas para atender as demandas efetivas de uma escolarização supletiva que se impõem, por outro.



Referências

- SÃO PAULO, SME. ATP/Centro de Informática/Convênios. São Paulo: SME/DOT, 2004.
- _____. Memória Técnica Documental. **CIEJA-Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: SME/DOT, 2003.
- _____. Construindo o ciclo Ensino Fundamental I – **Breve histórico do MOVA**. SME. 1990.
- _____. **Construindo a Educação Pública Popular**. São Paulo: SME. 1991.
- _____. **Frente do Funcionalismo – Projeto supletivo**. SME/DOT/EDA. 1992.
- _____. Educação de Adultos – **Projeto Teleducar**. SME/DOT/ Memória Técnica Documental. 1995.
- _____. **Dados gerenciais da educação**. SME: Memória Técnica Documental. 1996.